

TERMO DE REFERÊNCIA**Processo Administrativo nº. 23079.204597/2021-94****1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de substituição completa de 4 elevadores incluindo fornecimento, montagem e instalação de elevadores novos, desmontagem e remoção dos elevadores antigos, manutenção preventiva e corretiva dos antigos enquanto não são desmontados e dos novos, no bloco A do Prédio do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATSER	Descrição / Especificação	Qtd	V. Unit.	V.Total
1	3557	Serviço de Substituição completa incluindo fornecimento, montagem e instalação de 4 (quatro) elevadores para transporte de passageiro do tipo com casa de máquinas. Bem como a retirada dos elevadores existentes. Capacidade: 24 pessoas/1800Kg Número de paradas: 6 (1,2,3,4,5,6) Dimensões Gerais da Instalação: Caixas = 1,93m X 3,00m (frente x lados) Altura de última parada = 7,35m Poço = 2,00m Porta AL 2 fls. = 1,00m x 2,10m (largura x altura) Percurso aproximado = 25,00m OBS.: Os dados acima são meramente informativos, devendo o proponente verificar in loco as dimensões exatas para elaboração de sua proposta de substituição dos quatro elevadores. Velocidade: 1,75 m/s (105 m/min). Percurso aproximado: 25,00m. Entretanto, é sugerido que o percurso seja medido pelo proponente Demais especificações técnicas são encontradas no anexo 1 do presente instrumento.	1		

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 41 (quarenta e um meses) incluindo neste prazo:
- 1.4.1. O prazo relacionado com a garantia será de 24(vinte e quatro) meses contados a partir da entrega do total do objeto;
- 1.4.2. O prazo para instalação dos elevadores 3 e 4 será de 12 meses contados a partir do recebimento da nota de empenho.
- 1.4.3. O prazo para instalação dos elevadores 1 e 2 será de 16 meses contados a partir do recebimento da nota de empenho

1.5. A Manutenção preventiva e corretiva dos elevadores atuais, assim como os novos, deverá ser obrigatoriamente mantida, pela CONTRATADA, durante todo o prazo de contrato, incluindo-se o prazo de garantia e seu custo deverá estar necessariamente incluído nos preços ofertados.

1.6. A proposta comercial deverá informar o preço total do fornecimento. Nos valores devem estar inclusos todos os impostos e taxas vigentes na data de apresentação da proposta, inclusive ART bem como os custos relacionados com a manutenção integral mensal (mão-de-obra mais peças) para os elevadores novos para cobertura de 24 (vinte e quatro) meses da garantia contados a partir da entrega da totalidade do objeto e seu aceite definitivo e a manutenção dos elevadores existentes para manutenção de sua utilização, em cumprimento da regra legal que determina a existência de contrato de manutenção para o uso deste tipo de equipamento.

1.7. O regime de execução contratual a ser adotado será o de empreitada por preço unitário.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se neste Termo de Referência, seus anexos e nos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência, seus anexos e nos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A presente especificação compreende a substituição de quatro elevadores, inclusa manutenção integral por dois anos, instalados no Edifício do “Centro de Tecnologia”, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sito à Avenida Athos da Silveira Ramos, 149, bloco A – Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ. Tem como objetivo

principal eliminar o atual número de manutenções corretivas, melhorando a performance, o visual, a segurança e a confiabilidade dos referidos equipamentos.

- 5.1.2. Os serviços devem incluir manutenção preventiva e corretiva na forma prevista na ABNT NBR 16083, ABNT, NBR 9386-1, NBR 5666, NBR NM 207, NBR NM 313, a Lei 2743, de 11/01/1999, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e demais legislações vigentes, incluindo todos os materiais, mão de obra, taxas e demais insumos necessários;
- 5.1.3. Os serviços devem incluir resgate de pessoas, 24 horas por dia, todos os dias do ano, na forma prevista na ABNT NBR 16083 e ABNT NBR 9386-1 e demais legislações vigentes.
- 5.1.4. Somente os mecânicos da empresa conservadora responsável tecnicamente pelo equipamento ou o Corpo de Bombeiros e na sua ausência, o órgão da defesa civil, poderão remover pessoas presas no interior do Aparelho de Transporte;
- 5.1.5. A contratada deverá emitir anotação de responsabilidade técnica pela manutenção e instalação do equipamento, por meio de profissional de nível superior devidamente habilitado perante o CREA;
- 5.1.6. A contratada deverá providenciar apólice de seguro contendo cobertura sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros e que coloque à disposição da UFRJ atendimento 24 (vinte e quatro) horas, para casos de emergência;
- 5.1.7. As manutenções, bem como as substituições e reparos de componentes e peças, devem ser efetuadas com componentes originais, ou fabricados, inspecionados e ensaiados conforme exigências das normas ABNT, e, em todos os casos, devem ter sua origem comprovada;
- 5.1.8. A contratada deverá fornecer todas os materiais, peças e componentes necessários às manutenções preventivas e corretivas com vistas a manter o equipamento em plenas condições de funcionamento e segurança, excetuando-se aquelas necessárias a atualizações tecnológicas progressivas.
- 5.1.9. No serviço estará incluso pelo menos uma visita mensal de manutenção preventiva, número ilimitado de visitas para assistência técnica, responsabilidade técnica perante o CREA, disponibilização de todo o ferramental e produtos para a manutenção (óleo, estopa, lubrificantes, desengraxantes etc.), além de todos os testes de segurança, lubrificação dos componentes, limpeza em geral e ajustes necessários.
- 5.1.10. Apresentar cronograma para a prestação de assistência técnica preventiva. Fornecer relatório mensal das manutenções realizadas.
- 5.1.11. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 5.1.12. Manter nos locais de realização de serviços pessoal devidamente uniformizado, identificando-os através de crachás com fotografia recente e portando todos os Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) necessários para a execução dos seus trabalhos.

- 5.1.13. A contratada deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, prazo para normalização do sistema será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis. Quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço a contratada deverá imediatamente formalizar a comunicação ao contratante, justificando e propondo novo prazo, que será feita pela contratada, o qual poderá ou não ser aceito pelo fiscal do Contrato.
- 5.1.14. Para os itens relacionados à manutenção de elevador, a prestação do serviço é de natureza continuada, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, visto que as manutenções preventiva e corretiva do elevador são fundamentais para manter o pleno funcionamento do equipamento, bem como evitar danos que poderiam ser evitados com as manutenções, evitando onerar a Administração Pública e impedir o trânsito de alunos, servidores e comunidade em geral que necessitem do elevador para acessar as instalações.
- 5.1.15. A contratada deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 17h30min, para qualquer anormalidade verificada no elevador. Fora deste horário, ou dos dias explícitos, deverá ser autorizado ou solicitado pela administração, sempre que necessário e executado sem quaisquer ônus para a administração enquanto perdurar o período de garantia. Assim, a vigência do contrato relacionado com a garantia será de 24(vinte e quatro) meses contados a partir da entrega do total do objeto sendo o prazo de entrega dos elevadores 1 e 2 de 12 (doze meses) e dos elevadores 3 e 4 de 16 (dezesseis meses) sendo o prazo total de vigência do contrato de 41 meses incluindo (fornecimento, instalação, manutenção e garantia).
- 5.1.16. A manutenção preventiva e corretiva dos elevadores atuais, assim como dos novos, estará obrigatoriamente incluída no contrato decorrente deste certame, e deverá ser apresentado na GEM – Gerência de Engenharia Mecânica da Prefeitura do Rio de Janeiro pela empresa Contratada.
- 5.1.17. Dada a natureza da contratação, a Equipe de Planejamento da Contratação recomenda que seja facultado aos licitantes a realização de vistoria técnica prévia dos elevadores, objeto do serviço.
- 5.1.18. Essa previsão é importante porque mesmo sendo possível conhecer à distância as especificações do equipamento, as condições efetivas do seu estado de conservação e operação poderão ser melhor aferidas in loco, o que permitirá ao fornecedor propor valores adequados às condições em que os serviços serão efetivamente prestados.
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Para execução do objeto do contrato faz-se necessária a adoção de medidas tendentes a diminuir o impacto que a contratação dos serviços ocasionaria. Por tal razão, como diretriz no planejamento da contratação, torna-se imprescindível considerar critérios e

práticas de sustentabilidade. Dessa forma, e também em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI MPOG, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade, na execução dos serviços, no que couber:

- 6.2. A empresa contratada deverá adotar critérios para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;
- 6.3. A empresa contratada deverá utilizar equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo, submetendo-os ao fiscal do contrato quando do início dos serviços e nas substituições;
- 6.4. A empresa contratada deverá realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos e evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- 6.5. Os funcionários encarregados, a partir das instruções recebidas durante o treinamento citado neste estudo, deverão atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas;
- 6.6. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- 6.7. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- 6.8. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 6.9. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 6.10. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 98196-8670 ou pelo e-mail roberto.arruda@ct.ufrj.br.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
 - 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações

relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 7.6. No ato da vistoria, a licitante deve se inteirar das condições e do grau de dificuldade dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.
- 7.7. Ao preencher a declaração, a licitante afirma que conhece as condições locais para execução do objeto que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os serviços serão iniciados e desenvolvidos conforme indicado no Contrato.
 - 8.1.1. Os elevadores serão instalados nas dependências do Prédio do Centro de Tecnologia localizado à Av. Athos da Silveira Ramos, 149 - Bloco A, - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-909.
- 8.2. Os equipamentos deverão ser novos e atender as especificações contidas no presente instrumento e seus anexos.
- 8.3. Para a execução do objeto, a contratada deverá cumprir as Normas Reguladoras de Segurança do Ministério do Trabalho, Legislação Vigente e pertinente, assim como, observar rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT. Os serviços executados fora dos padrões e condições propostos deverão ser refeitos, sem qualquer ônus para a contratante.
- 8.4. O fornecimento/aquisição devem ser executados e incluir manutenção preventiva e corretiva nas formas previstas nas ABNT NBR 16083, ABNT, NBR 5666, ABNT NBR 16858-1, ABNT NBR 16858-2, ABNT NBR 16858-3, ABNT NBR 16858-7, a Lei 2743, de 11/01/1999, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e demais legislações vigentes, incluindo todos os materiais, mão de obra, taxas e demais insumos necessários.
- 8.5. Qualquer adequação nas instalações civis, elétricas ou mecânicas, assim como, nas caixas de corrida, casa de máquinas e poço dos elevadores nas atuais instalações transcorrerá por conta da contratada, inclusive todos os custos com mão-de-obra e materiais.
- 8.6. A contratada deverá registrar, no prazo máximo de 07 (sete) dias do início do contrato, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica/ART pelos projetos e serviços objeto das presentes

aquisições, em nome do(s) responsável(s) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica. As guias de ART deverão ser apresentadas à CONTRATANTE antes do início dos Serviços.

- 8.7. A contratada deverá desenvolver e submeter à aprovação da fiscalização do contrato, no prazo máximo de 30 dias contados a partir da assinatura do contrato, o projeto executivo de instalação dos elevadores, devidamente acompanhado de cronograma de execução, podendo reduzir os prazos indicados no cronograma da Administração, anexo ao Edital, até a entrega definitiva.
- 8.8. O projeto executivo abrange o conjunto de informações técnicas para a realização do empreendimento, contendo todas as indicações e detalhes construtivos para a instalação, montagem e execução dos serviços de instalação. No que couber, compõe o projeto executivo: desenhos; esquemas; especificações técnicas; memorial descritivo; memorial de cálculo; estudo técnico; cronograma; procedimentos de trabalho; etc.
- 8.9. O projeto executivo deve ser previamente aprovado pela equipe de fiscalização da contratada e deve observar rigorosamente as normas técnicas, as normas regulamentadoras, a legislação pertinente e os requisitos do projeto de fabricação dos equipamentos.
- 8.10. Os serviços devem ser prestados em estrita observância ao Projeto executivo, sob o acompanhamento de um responsável técnico da contratada e a equipe de fiscalização da contratante.
- 8.11. Os atuais elevadores deverão ser desinstalados, desmontados e terem suas peças removidas do local e armazenados no depósito indicado pela CONTRATANTE por conta exclusiva da CONTRATADA.
- 8.12. A entrega, instalação e o pleno funcionamento dos elevadores devem ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, sendo respeitada as condições estabelecidas de instalações no tópico 1.4.2 e 1.4.3.
- 8.13. O equipamento deverá ser preparado para transporte e descarregamento, conforme a necessidade da CONTRATANTE, atendendo ao cronograma e as condições estabelecidas no projeto executivo, sob integral responsabilidade da Contratada. A embalagem deverá oferecer a proteção adequada aos equipamentos contra danos durante o embarque/desembarque, transporte, armazenagem e ação da chuva, sol, umidade, etc. A integridade dos equipamentos até a entrega definitiva é de total responsabilidade da contratada.
- 8.14. Todo o procedimento deverá ser programado previamente com a equipe de fiscalização, pois trata-se de prédio em funcionamento e a movimentação não poderá trazer transtornos aos usuários ou paralisação das atividades assistências, salvo imprescindivelmente necessária e previamente programada.
- 8.15. O descarregamento dos materiais e equipamentos no local da montagem, assim como os equipamentos necessários à movimentação dos mesmos, será de responsabilidade da contratada.
- 8.16. Todos os equipamentos, plataformas elevatórias, andaimes e ferramentas necessárias para a montagem e testes do elevador, além de mão-de-obra qualificada, serão de responsabilidade da contratada. Os procedimentos cabíveis de segurança, conforme

legislação, deverão ser planejados previamente e acompanhados por profissional habilitado (segurança do trabalho) da contratada, assim como, os recursos e materiais devem ser disponibilizados pela contratada. 9.17.

- 8.17. A instalação do equipamento deverá ser executada exclusivamente por profissionais qualificados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federal, estaduais e municipais de segurança, higiene, medicina do trabalho e profissionais.
- 8.18. Após o término da montagem mecânica e elétrica deverá ser feita uma entrega oficial do equipamento na presença de um representante da CONTRATANTE e da CONTRATA, oportunidade na qual deverão ser executados testes de funcionamento e desempenho dos equipamentos.
- 8.19. Faz parte da instalação e da entrega definitiva para uso: o comissionamento; configurações; e ajustes necessários. Assim como, outros testes necessários para que fique demonstrado o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 8.20. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.21. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.22. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 8.23. O recebimento provisório ou definitivo do Objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.24. A empresa contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do material porventura entregue com defeito, danificado, ou não compatível com as especificações do Termo de Referência.
- 8.25. Na substituição de material defeituoso, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da contratante, sem custo adicional para a Contratante.
- 8.26. Após completada a instalação, a empresa deverá fornecer os manuais técnicos e o projeto executivo atualizado dos equipamentos, assim como, o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) do período de garantia que transcorrerá por conta da contratada.
- 8.27. A manutenção preventiva e corretiva do período de garantia transcorrerá integralmente por conta da contratada, inclusive a aquisição e troca de peças, serviços, emissão de documentação, planos de manutenção, ordens de serviço, laudos e pareceres técnicos correspondentes.
- 8.28. O período de garantia, não inferior a 2 (dois) anos, deve obrigatoriamente vigorar a partir da data do termo de aceitação de todos os equipamentos pela equipe de fiscalização que atestará a perfeita instalação funcionamento, ocasião na qual o equipamento será colocado em uso.

- 8.29. A assistência técnica, manutenção ou reparo em garantia deverá ser prestado no local de instalação dos equipamentos com todos os custos de serviços e peças por conta da contratada.
- 8.30. Os serviços e peças substituídas no período de garantia devem receber garantia adicional de 3 (três) meses, mesmo que ultrapasse o período inicial da garantia.
- 8.31. Caso os equipamentos fornecidos sejam descontinuados na linha de fabricação, durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá manter as condições da garantia nestas aquisições explicitadas ou providenciar a substituição por outros modelos disponíveis que executem as mesmas funcionalidades exigidas no edital, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 8.32. A garantia cobre todas as peças, componentes eletrônicos e demais instalações objeto deste Edital, além da mão de obra, a assistência técnica, administração, o ferramental, licenças, impostos, encargos sociais, contribuições, taxas e demais tributos e seguros necessários a garantia dos serviços.
- 8.33. A garantia consiste na prestação pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 -Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.
- 8.34. Todos os equipamentos e materiais, inclusive os elétricos, devem ser cobertos pela GARANTIA da empresa CONTRATADA.
- 8.35. A garantia abrange a manutenção corretiva dos materiais e produtos, por intermédio da Contratada ou de sua credenciada, se for o caso, no local de entrega dos equipamentos e de acordo com as normas técnicas específicas afim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a contratante.
- 8.36. O PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) deverá ser implantado em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, conforme legislação pertinente, normas técnicas e manual do fabricante.
- 8.37. A CONTRATADA deverá executar mensalmente todas as preventivas programadas e solicitar da Fiscalização que acompanhe o serviço e as corretivas. Todo serviço que executado fora do expediente deverá ser autorizado pela Fiscalização e/ou representante do Decanato do Centro de Tecnologia da UFRJ.
- 8.38. Durante as inspeções de manutenção preventiva ou na ocorrência de problemas detectados rotineiramente pela fiscalização, poderão ocorrer necessidades de execução de serviços de conserto.
- 8.39. Diante dessa condição, a CONTRATADA deverá efetuar o reparo devido para restabelecer o adequado funcionamento do equipamento, fornecendo além da peça de reposição, a mão de obra, os materiais, equipamentos, sem custo adicional para a CONTRATANTE.
- 8.40. Os serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais, serão demandados pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar serem necessários, por se tratar de trabalhos indispensáveis para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos objeto deste termo de referência, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 08 às 18 horas.

- 8.41. Os serviços de manutenção corretiva consistem ainda, no fornecimento da peça nova, original e compatível com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação da fiscalização, incluindo o serviço de instalação completa, com o uso dos materiais e equipamentos necessários para restabelecer o funcionamento do equipamento dentro das condições adequadas.
- 8.42. Os equipamentos, dispositivos, conjuntos, sistemas, partes ou peças que necessitarem de remoção da unidade jurisdicionada deverão ter suas características anotadas em formulário apropriado da empresa em duas vias e assinada pelo responsável pela unidade de patrimônio do Decanato do Centro de Tecnologia autorizando a saída do equipamento.
- 8.43. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um exame detalhado de cada item que necessite ser retirado e/ou removido, sendo que deverão ser considerados aspectos importantes do estado de conservação, suportes e os métodos utilizados na instalação.
- 8.44. Os serviços de retiradas e remoções serão executados adotando-se as normas de segurança previstas na legislação em vigor, de forma a evitar danos a terceiros, aos equipamentos, aos bens da CONTRATANTE e a garantir a segurança de seus funcionários.
- 8.45. No caso de demandas de serviços de manutenção corretiva, para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos ou de consertos no prazo máximo de até 2 (duas) horas.
- 8.46. Em casos específicos, em que as peças necessárias para a manutenção, não estejam disponíveis no mercado e/ou que a sua fabricação dependa de serviços de terceiros, e dessa maneira não possam ser fornecidas dentro do prazo estabelecido neste termo de referência, CONTRATADA deverá informar por escrito ao CONTRATANTE o caso um novo prazo para execução do serviço.
- 8.47. A CONTRATADA deverá ainda, reparar ou corrigir, por sua conta, no todo ou em parte, os equipamentos ou dispositivos da CONTRATANTE, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução de serviço ou de emprego de materiais inapropriados ou com defeito.
- 8.48. A CONTRATADA deverá divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais com análise contendo o número de manutenções preventivas, corretivas e consertos executados mensalmente, assim como, as respectivas ordens de serviço.
- 8.49. A estocagem de equipamento, ferramentas e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes. Caso haja local disponível para guardar do material na Instituição, a CONTRATANTE autorizará a permanência do material.
- 8.50. O transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da CONTRATADA. O transporte de ferramentas e equipamentos deverá ser realizado com segurança e utilizando de meios apropriados.

- 8.51. Os funcionários deverão possuir além da capacidade técnica comprovada em manutenção dos equipamentos objeto deste Termo de Referência, os cursos necessários e indispensáveis ao cumprimento das exigências normativas a segurança do trabalho.
- 8.52. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da CONTRATADA de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão estar prestando serviço concomitantemente.
- 8.53. Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, do local de origem dos materiais de reposição ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes.
- 8.54. A garantia dos serviços corretivos e de conserto será de 3 (três) meses contados a partir do aceite da Fiscalização.
- 8.55. A CONTRATADA será responsável pela limpeza da área ao término dos serviços.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 - 9.1.1. Para o correto dimensionamento da proposta devem ser observadas as diretrizes fixadas no ANEXO 1 do presente instrumento.
 - 9.1.2. Dada a especificidade técnica da aquisição, a vistoria prévia no local da instalação, a fim de inspecionar e dimensionar corretamente a proposta por parte da empresa licitante é preferível, devendo o licitante que optar pela não visita, enviar a Declaração de que está ciente das condições de execução dos serviços, sendo da responsabilidade do licitante a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação.
 - 9.1.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de

1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 11.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital **OU** Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
 - 11.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
 - 11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados,

ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- 11.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 11.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 11.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 11.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
 - 11.34.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 11.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 11.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como

substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

- 11.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - 11.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 11.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n° 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
 - 11.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 11.39.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 11.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n° 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
 - 11.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - 11.40.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 11.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 11.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 11.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 11.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 11.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 11.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 11.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 11.41.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

- 11.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 11.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 11.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 11.45. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 11.46. A contratada deve, em conformidade a legislação e as normas técnicas, garantir que os equipamentos funcionem adequadamente.
- 11.47. As instruções de montagem, instalação, funcionamento adequado, segurança e manutenção constantes nos manuais de instrução dos fabricantes, devem ser seguidas rigorosamente pela contratada.
- 11.48. As intervenções de manutenção preventiva e corretiva, indispensáveis para manter os equipamentos nas condições ideais de eficiência ao longo do tempo, descritas nos manuais do fabricante fabricantes, inclusive os itens (peças e componentes) que devem ser substituídos (recomendado pelo fabricante), considerando às horas de trabalho e os parâmetros de controle dos respectivos equipamentos, devem ser rigorosamente seguidas pela contratada.
- 11.49. A contratada deve disponibilizar um Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos equipamentos, assim como, todos os registros de execução de manutenção corretiva e preventiva pertinente (ordens de serviço) com a respectiva descrição dos serviços e peças envolvidas ou substituídas na execução. É indispensável a identificação do responsável técnico e dos técnicos executores.
- 11.50. O responsável técnico deverá acompanhar, instruir e fiscalizar a execução de todos os serviços, bem como comparecer ao Decanato do Centro de Tecnologia, sempre que necessário e/ou solicitado, para dar suporte aos serviços objeto desta contratação.
- 11.51. A contratada deve emitir Laudos Técnicos dos serviços realizados e registrá-los em livro de ocorrência ou sistema informatizado.

- 11.52. Os serviços de montagem, desmontagem, instalação e manutenção serão executados de acordo com os manuais de operação e manutenção dos equipamentos, visando atender a segurança, eficiência e conservação do equipamento ao longo tempo.
- 11.53. A empresa contratada deve garantir os serviços prestados contra problemas reincidentes.
- 11.54. A empresa contratada deve emitir relatório técnico de todas as ações de contenção extra plano realizadas.
- 11.55. A Contratada deverá indenizar à UFRJ, em pecúnia, por quaisquer danos causados aos bens (móveis, utensílios ou equipamentos), sob sua custódia e pelos seus empregados durante a execução dos serviços nas instalações da UFRJ, bem como o extravio de qualquer objeto de valor encontrado, desde que comprovada a culpa do empregado da Contratada.
- 11.56. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando exigido pela legislação.
- 11.57. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução dos serviços.
- 11.58. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.
- 11.59. Designar, por escrito, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) ou mais representantes, devidamente qualificados, conhecedores dos serviços prestados pela CONTRATADA, para realizar visitas ao CONTRATANTE, para juntamente com o fiscal do contrato e/ou profissional responsável designado pela CONTRATANTE para tratar das não conformidades nos serviços prestados, em dia e horário a ser estipulado entre as partes.
- 11.60. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 11.61. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste senti do, a fim de evitar desvio de função.
- 11.62. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da instalação e testes do equipamento.
- 11.63. A contratada tem por obrigação contratual promover a transição, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para empresa a Contratante ao término da vigência da garantia.
- 11.64. A empresa vencedora será responsável pela observância das Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

- 11.65. A contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, o material que vier a ser recusado, sem nenhum ônus para a contratante.
- 11.66. A Contratada deve cumprir todas as Obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.67. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 11.68. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 11.69. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o Objeto com avarias ou defeitos.
- 11.70. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa e comprovação fatural do impedimento.
- 11.71. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.72. O objeto deve estar acompanhado dos manuais técnicos, com uma versão em português com informações que permitam identificar as características técnicas dos equipamentos e da relação da rede de assistência técnica autorizada local.
- 11.73. Para a solução envolvida na contratação, a Contratada deverá prestar garantia de funcionamento do equipamento durante período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da emissão do Termo de Aceitação atestando o correto e pleno fornecimento do objeto contratado.
- 11.74. Prazos de garantia de funcionamento é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constante do respectivo Termo de Garantia, a Contratada compromete-se em manter os equipamentos por ela fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Termo de Referência.
- 11.75. A garantia deverá ser prestada no local onde o equipamento for instalado.
- 11.76. A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento, dispondo de responsável técnico, contato (s) telefônico (s) e e-mail, em funcionamento de vinte e quatro horas por dia, para notificação de eventuais problemas técnicos com o equipamento no período de garantia.
- 11.77. Prazo de reparo é o período, em dias úteis, transcorrido entre o chamado técnico e o efetivo restabelecimento do funcionamento dos equipamentos, isto é, o prazo no qual a Contratada compromete-se a restabelecer o funcionamento dos equipamentos/conjuntos que forneceu nas condições deste Termo de Referência, do Edital de Pregão e do Contrato.
- 11.78. O recebimento do Chamado Técnico por preposto da Contratada implica no início da contagem do prazo de reparo.

- 11.79. O Prazo de Reparo não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, salvo comprovada e fundamentada impossibilidade.
- 11.80. Para todo atendimento técnico deverá ser feito um relatório detalhado cuja cópia ficará à disposição da Contratante pelo prazo de vigência do Contrato.
- 11.81. Substituir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado em conduta inconveniente pela CONTRATANTE, promovendo a substituição por outro igualmente habilitado.
- 11.82. A CONTRATANTE poderá requerer a substituição do profissional a qualquer momento, caso ele demonstre incapacidade técnica, negligência e incompatibilidade técnica com a equipe da CONTRATANTE. O prazo para a substituição do profissional será de até 5 (cinco) dias corridos e ocorrerá de modo que não interfira nos prazos finais de entrega dos produtos.
- 11.83. Isentar a CONTRATANTE da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, referentes aos serviços cujo fornecimento compete à CONTRATADA, bem como por reclamação de seus empregados.
- 11.84. Assumir as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE.
- 11.85. Respeitar rigorosamente, no que se referem a todos os empregados utilizados nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho, segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará, assegurando aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho, com base no art. 77 da Lei 13.303 de 2016.
- 11.86. Manter a confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita do CONTRATANTE.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, somente para os itens que compõem os serviços desmontagem e retirada dos equipamentos antigos, e serviços civis, como manutenção e/ou reparos, que se fizerem necessários para a perfeita instalação dos equipamentos a serem adquiridos por meio do procedimento licitatório, bem como para os serviços relativos à manutenção dos elevadores (antigos e novos), desde que a CONTRATANTE seja notificada e dê anuência para tal fato, e que não implique em novos valores.
- 12.2. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

- 12.3. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:
- I - do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;
 - II - direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.
- 12.4. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 12.5. É obrigação da CONTRATADA, em razão da subcontratação, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 12.6. A CONTRATADA deve apresentar documentação da subcontratada que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela do serviço subcontratado.
- 12.7. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 12.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 12.9. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. A gestão do contrato e a fiscalização técnica será realizada pela equipe de fiscalização, especialmente pelos fiscais técnicos do Decanato do Centro de Tecnologia e do Escritório Técnico da UFRJ, composta por engenheiro mecânico, eletricitista e civil lotados na UFRJ.
- 14.2. Os mecanismos de comunicação entre a UFRJ e a CONTRATADA será o e-mail, utilizado preferencialmente os ofícios para notificações.

- 14.3. Chamadas telefônicas não serão consideradas para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual.
- 14.4. A aferição dos resultados será realizada pelos fiscais técnicos mediante cumprimento do Edital, Termo de Referência, Contrato, projeto executivo, manuais, planos de execução, cronogramas, relatórios, laudos, pareceres, planos de manutenção, ordens de serviço e procedimentos atinentes ao objeto de aquisição e contratação.
- 14.5. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 14.6. À Contratante é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto.
- 14.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, conforme indicado neste documento, sempre que a CONTRATADA: não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 14.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 14.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheio ao controle do prestador.
- 14.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de

acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

- 14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017 aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.17. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.
- 14.18. O representante da contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 14.19. A respeito da forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base nos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), tem-se que:
- 14.20. A produtividade de referência estará baseada nos IMR, bem como nos prazos estipulados no Item ("MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO") deste Termo de Referência;
- 14.21. Sobre os indicadores mínimos de desempenho, os mesmos constam nas especificações apresentadas durante este Termo de Referência, em que a Contratada deverá atender aos parâmetros de padronização e de especificações técnicas a serem inseridas no projeto e execução, cabendo à fiscalização técnica da UFRJ o conhecimento dos elementos mínimos que devem constar nos produtos da contratação e a formalização de qualquer pendência existente, repassando à Gestão do Contrato e cobrando à Contratada a correção no que couber;
- 14.22. A medição e pagamento dos serviços contratados vinculada às entregas e será dividida em etapas a serem definidas em contrato.
- 14.23. A medição de cada etapa estará sujeita à medição do Índice de Medição de Resultado - IMR de prazo e qualidade conforme o ANEXO 2, instituído neste Termo de Referência. A aferição do IMR estará atrelada à entrega de todos os documentos previstos neste Termo de Referência, sendo considerado como incompleto a falta de qualquer documento correspondente a entrega.
- 14.24. O IMR tem por objetivo garantir que a entrega seja realizada e aprovada no prazo e qualidade estipulados neste Termo de referência e conforme ANEXO 2 do presente instrumento.
- 14.25. O descumprimento do previsto no Edital e seus anexos por parte da Contratada ensejará a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.
- 14.26. O processo administrativo para apuração de responsabilidades será instaurado pela área demandante da Contratante, que notificará a Contratada, na forma prevista em Contrato, para dentro de 10 (dez) dias úteis, apresentar defesa.

- 14.27. A notificação conterá a sua finalidade, a indicação do descumprimento contratual, o prazo de regularização e de defesa, e a possível consequência, conforme as sanções administrativas previstas neste termo.
- 14.28. A unidade responsável conduzirá a apuração, podendo realizar a produção de prova e expedir novas notificações, se julgar necessário.
- 14.29. Concluída a apuração, a unidade responsável deverá elaborar relatório conclusivo opinativo com proposta fundamentada de decisão, submetendo-o ao setor competente.
- 14.30. A autoridade competente decidirá a respeito da aplicação de penalidades e/ou acolhimento das justificativas apresentadas pela Contratada.
- 14.31. A Contratada será notificada, na forma prevista em Contrato, a respeito da decisão, podendo dela recorrer, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.32. Recebido o recurso, a autoridade competente poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-la à autoridade superior.
- 14.33. O recurso não terá efeito suspensivo.
- 14.34. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 83 da Lei 13.303 de 2016.
- 14.35. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.36. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.37. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.38. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 14.39. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.40. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.41. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 14.42. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.43. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 14.44. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.45. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.46. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 2 do presente instrumento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1. A contratada deverá desenvolver e submeter à aprovação da fiscalização do contrato o projeto executivo de instalação dos elevadores, devidamente acompanhado do cronograma de execução, no prazo máximo de 30 dias contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 16.2. O prazo máximo de entrega e instalação dos bens é de 16 (dezesesseis meses), contados do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, no seguinte endereço:
- 16.2.1. Av. Athos da Silveira Ramos, 149 - Bloco A - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-909.

- 16.3. Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados mediante motivos justificados e devidamente aceitos pela administração da contratante.
- 16.4. O licitante vencedor deverá indicar claramente na proposta o prazo de garantia dos equipamentos que não deve ser inferior a 2(dois) anos, fornecendo os respectivos certificados de garantia.
- 16.5. O período de garantia, não inferior a 2 (dois) anos, deve obrigatoriamente vigorar a partir da data do termo de recebimento definitivo de todos os equipamentos pela equipe de fiscalização que atestará seu perfeito funcionamento.
- 16.6. A assistência técnica, manutenção ou reparo em garantia deverá ser prestado no local de instalação dos equipamentos com todos os custos de serviços e peças por conta da contratada.
 - 16.6.1. Os serviços e peças substituídas no período de garantia devem receber garantia adicional de 3 (três) meses, mesmo que ultrapasse o período inicial da garantia.
- 16.7. Caso os equipamentos fornecidos sejam descontinuados na linha de fabricação, durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá manter as condições da garantia nesta aquisição explicitadas ou providenciar a substituição por outros modelos disponíveis que execute nas mesmas funcionalidades exigidas no edital, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 16.8. A garantia cobre todas as peças, componentes eletrônicos e demais instalações objeto deste Termo de Referência, além da mão de obra, a assistência técnica, administração, o ferramental, licenças, impostos, encargos sociais, contribuições, taxas e demais tributos e seguros necessários a garantia dos serviços.
- 16.9. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.
- 16.10. Todos os equipamentos e materiais, inclusive os elétricos, devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA.
- 16.11. A garantia abrange a manutenção corretiva dos materiais e produtos, por intermédio da Contratada ou de sua credenciada, se for o caso, no local de entrega dos equipamentos e de acordo com as normas técnicas específicas a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a contratante.
- 16.12. A contratada será a única responsável pela manutenção do equipamento no período de garantia, porém no caso de avaria ou mal funcionamento do equipamento, a CONTRATANTE deverá acionar a contratada para realizar os reparos.
- 16.13. A empresa fornecedora do bem será responsável pela substituição, troca ou reposição do material porventura entregue com defeito, danificado, ou não compatível com as especificações do Termo de Referência.
- 16.14. Na substituição de material defeituoso, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da contratante, sem custo adicional para a Contratante.
- 16.15. O preço final deverá incluir o fornecimento, garantia, manutenção, mão de obra, encargos sociais, transporte e todas as demais despesas com equipamentos necessários para a instalação dos objetos solicitados. Os custos de deslocamento e hospedagem dos

profissionais, se necessário, serão por conta da contratada. Também devem estar inclusos os valores referentes à desinstalação e correta destinação dos equipamentos atualmente instalados.

- 16.16. Para a execução do objeto, a contratada deverá cumprir as Normas Reguladoras de Segurança do Ministério do Trabalho, Legislação Vigente e pertinente, assim como, observar rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT. Os serviços executados fora dos padrões e condições propostos deverão ser refeitos, sem qualquer ônus para a contratante.
- 16.17. O fornecimento/aquisição devem ser executados e incluir manutenção preventiva e corretiva nas formas previstas nas ABNT NBR 16083, ABNT, NBR 5666, ABNT NBR 16858-1, ABNT NBR 16858-2, ABNT NBR 16858-3, ABNT NBR 16858-7, a Lei 2743, de 11/01/1999, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e demais legislações vigentes, incluindo todos os materiais, mão de obra, taxas e demais insumos necessários
- 16.18. Após completada a instalação, a empresa deverá fornecer os manuais técnicos dos equipamentos, assim como, o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) que será executado no período da garantia.
- 16.19. A empresa deverá elaborar o RIA (Relatório de Inspeção Anual) apurando o funcionamento do elevador em cumprimento às normas técnicas vigentes e em atendimento a instruções de manutenção, com o intuito de informar aos órgãos competentes e fiscalizadores as reais condições dos equipamentos.
 - 16.19.1. O RIA deve ser realizado, através de inspeção minuciosa in loco, pelo engenheiro mecânico responsável pelos equipamentos devidamente cadastrado no CREA.
 - 16.19.2. Uma cópia do RIA deve ser disponibilizada pela empresa à Administração assegurando o devido funcionamento do elevador em acordo com a legislação.
- 16.20. Faz parte da instalação e da entrega definitiva para uso: o comissionamento; configurações; e ajustes necessários. Assim como, outros testes necessários para que fique demonstrado o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 16.21. O material fornecido pela Contratada estará sujeito à aceitação pelo órgão recebedor ao qual caberá o direito de recusar, caso o material não esteja de acordo com o especificado.
- 16.22. Os elevadores serão instalados nas dependências do Prédio do Centro de Tecnologia, no endereço mencionado no item 16.2.1 do presente instrumento, em substituição aos atuais equipamentos instalados.
- 16.23. A instalação do equipamento deverá ser executada exclusivamente por profissionais qualificados de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federal, estadual e municipal de segurança, higiene, medicina do trabalho e profissionais.
- 16.24. Os equipamentos deverão ser preparados para transporte e descarregamento, conforme a necessidade da CONTRATANTE, atendendo ao cronograma e as condições estabelecidas no projeto executivo, sob integral responsabilidade da Contratada. A embalagem deverá oferecer a proteção adequada aos equipamentos contra danos durante o embarque/desembarque, transporte, armazenagem e ação da chuva, sol,

umidade, etc. A integridade dos equipamentos até a entrega definitiva é de total responsabilidade da contratada.

- 16.25. Todo o procedimento deverá ser programado previamente com a equipe de fiscalização, pois trata-se de prédio em funcionamento e a movimentação não poderá trazer transtornos aos usuários ou paralisação das atividades desenvolvidas, salvo imprescindivelmente necessária e previamente programada.
- 16.26. O descarregamento dos materiais e equipamentos no local da montagem, assim como os equipamentos necessários à movimentação dos mesmos, será de responsabilidade da contratada.
- 16.27. Todos os equipamentos, plataformas elevatórias, andaimes e ferramentas necessárias para a montagem e testes dos elevadores, além de mão-de-obra qualificada, serão de responsabilidade da contratada. Os procedimentos cabíveis de segurança, conforme legislação, deverão ser planejados previamente e acompanhados por profissional habilitado (segurança do trabalho) da contratada, assim como, os recursos e materiais devem ser disponibilizados pela contratada.
- 16.28. Caberá a CONTRATADA a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA relativa à instalação dos elevadores. As guias de ART deverão ser apresentadas à CONTRATANTE antes do início dos Serviços.
- 16.29. Após o término da montagem mecânica e elétrica deverá ser feita uma entrega oficial do equipamento na presença de um representante da CONTRATANTE e da CONTRATA, oportunidade na qual deverão ser executados testes de funcionamento e desempenho dos equipamentos.
- 16.30. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 16.31. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.32. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 16.33. O recebimento provisório ou definitivo do Objeto não exclui a responsabilidade
- 16.34. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:
 - 16.34.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 16.34.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

- 16.34.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 16.35. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.35.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 16.35.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 16.35.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.35.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.35.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 16.35.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.35.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.35.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.35.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

- 16.36. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.36.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 16.36.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 16.36.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 16.37. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 16.38. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
 - 17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.5.1. o prazo de validade;
 - 17.5.2. a data da emissão;
 - 17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 17.5.4. o período de prestação dos serviços;
 - 17.5.5. o valor a pagar; e
 - 17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
 - 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
 - 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
 - 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
 - 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
 - 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
 - 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
 - 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
 - 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
 - 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações relacionadas com a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 19.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 19.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 19.2.2. seguro-garantia;
 - 19.2.3. fiança bancária.
- 19.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.
- 19.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 19.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

20. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (INSTALAÇÕES).

- 20.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 20.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 20.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

- 20.4. Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 20.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 20.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 20.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 20.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 20.9. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 20.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 20.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 20.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 21.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 21.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a **reabilitação** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “21.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “21.2.1”, “21.2.3”, “22.2.4” e “22.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 2.1. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

21.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

21.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a

eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. A empresa vencedora da concorrência deverá estar registrada na GEM – Gerência de Engenharia Mecânica da Prefeitura do Rio de Janeiro, para a execução dos serviços propostos. Obviamente, deverá também estar registrada no CREA, procedendo ainda a emissão da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica quando da assinatura do contrato de substituição e da manutenção dos novos e dos atuais.
- 22.4. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação relacionados ao fornecimento do objeto, em plena validade;
- 22.5. Quanto à capacitação técnico-operacional, apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível com o objeto da presente licitação, que comprove anterior fornecimento do serviço de instalação / montagem / fornecimento de elevadores;
 - 22.5.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - 22.5.2. O licitante deverá comprovar que tenha executado serviços de aquisição/instalação de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) no número de elevadores do(s) grupo(s) vencido(s) no torneio licitatório, elevadores estes com, ao menos, 3 (três) paradas. Em caso de número quebrado, deverá ser adotado o número inteiro imediatamente superior, como por exemplo: grupo com 5 elevadores, a empresa deverá apresentar atestado referente a 3 elevadores, com mais de 3 paradas cada. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 22.5.3. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.
- 22.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço a ser contratado, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução anterior do serviço de instalação de elevadores;
- 22.6.1. O licitante deve comprovar que possui ou possuirá em seu quadro técnico profissionais especializados, contendo engenheiro mecânico registrado perante o sistema CREA/CONFEA, devidamente habilitado a prestar serviços de assistência técnica e conservação em elevadores atuando como Responsável Técnico pelos serviços de instalação/montagem;
- 22.6.1.1. O profissional engenheiro mecânico deve comprovar o vínculo que possui com o licitante, mencionado no item anterior, através da apresentação de ART de cargo e função, devidamente registrada pelo sistema CREA/CONFEA, onde conste o nome do profissional e do licitante, e/ou CAT em nome do engenheiro mecânico que demonstre a participação como responsável técnico relativo à execução dos serviços;
- 22.6.2. O licitante deve comprovar que possui ou possuirá, em seu quadro técnico, profissional(is) técnico(s) em eletromecânica/eletrônica ou equivalente com registro no sistema CRT/CFT e experiência em instalação/montagem de elevadores comprovada por carteira de trabalho;
- 22.6.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 22.7. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 22.8. Os proponentes, que optarem por realizar visita técnica prévia, deverão apresentar uma declaração em separado da proposta, informando que visitaram o local da instalação, que não há óbice para a execução de seus serviços e que suas propostas foram elaboradas tendo pleno conhecimento das instalações. Tal visita à instalação deverá ser previamente agendada com o responsável pela manutenção do Centro de Tecnologia.
- 22.9. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 22.9.1. Valor Global: R\$2.032.000,00 (dois milhões e trinta e dois mil reais)
- 22.10. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.11. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 22.12. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.13. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.032.000,00
- 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada e seu detalhamento será objeto do contrato a ser assinado:
- Gestão/Unidade: 158224
- Fonte: 8100
- Programa de Trabalho: 169837
- Elemento de Despesa: 44905192
- PI: V0000G01LZN

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO 2 - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

ANEXO 3 - PLANILHA DE ORÇAMENTO A SER PREENCHIDA

ANEXO 4 - PLANILHA DE CRONOGRAMA A SER PREENCHIDA

ANEXO 5 - COMPOSIÇÃO DE BDI

ANEXO 6 - MODELO DE TERMO DE VISTORIA TÉCNICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA



Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2022.

ANEXO 1**Especificações Técnicas****ETAPAS DA INSTALAÇÃO**

Instalação provisória: Será determinada em comum acordo entre a Contratada e a Contratante, de forma a causar o menor transtorno possível no dia a dia do edifício.

Buscando o menor incômodo durante a instalação e com o objetivo de minimizar os problemas de tráfego, a substituição será executada gradativamente, isto é, no máximo dois elevadores em cada etapa. Os primeiros elevadores a serem substituídos serão os de numeração “3” e “4”.

A unidade cuja substituição for concluída e recebida pela Contratante será colocada em funcionamento para atender o tráfego do edifício. Somente após uma semana de uso satisfatório da unidade concluída é que poderá ser iniciada a obra no elevador seguinte.

TAPUMES

Os tapumes, inclusos no escopo de fornecimento, necessários durante a desmontagem e montagem das portas de pavimento, deverão ser em Madeirit com espessura mínima de 20mm e possuir porta de eixo vertical com fechadura.

HORÁRIO DE TRABALHO

Os trabalhos serão executados nos dias úteis, em horário normal, das 08:00h às 17:30h.

Excepcionalmente, em horários e dias distintos destes, mediante autorização prévia da Contratante.

INFORMAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O Edifício “Centro de Tecnologia” é um prédio escolar universitário, construído há cerca de cinquenta anos. Conta com 4 (quatro) elevadores de passageiros, 6 paradas.

Possui ainda um elevador de carga para 1.200 Kg, porém sem estar esse incluso no atual processo de substituição.

A especificação técnica prevê a substituição total de todos os componentes dos elevadores atuais, à exceção das guias de cabina e contrapeso.

Os elevadores atuais, assim como os novos, deverão estar obrigatoriamente, incluídos no contrato, sendo a empresa vencedora responsável pela conservação e manutenção do funcionamento dos elevadores antigos (atuais) por ocasião da assinatura do contrato de substituição.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

A proposta comercial deverá informar o preço total do fornecimento. Nos valores devem estar inclusos todos os impostos e taxas vigentes na data de apresentação da proposta, inclusive ART.

Os prazos de entrega dos equipamentos serão conforme abaixo:

Elevadores “3” e “4” – conclusão da montagem em 12 (doze) meses após recebimento da nota de empenho;

Elevadores “1” e “2” – conclusão da montagem em 16 (dezesesseis) meses após recebimento da nota de empenho.

O julgamento das propostas será realizado pelo critério "menor preço global", levando em conta o valor dos equipamentos ofertados somados aos valores de manutenção integral, além dos demais serviços acessórios como a desmontagem e remoção. Para efeitos de decisão do pregoeiro será considerado o valor total proposto, ou seja, valor da substituição incluído o valor de manutenção integral dos equipamentos novos e dos antigos enquanto não forem desmontados.

A empresa vencedora da concorrência deverá estar registrada na GEM – Gerência de Engenharia Mecânica da Prefeitura do Rio de Janeiro, para a execução dos serviços propostos.

Obviamente, deverá também estar registrada no CREA-RJ, procedendo ainda a emissão da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica quando da assinatura do contrato de substituição e da manutenção dos novos e dos atuais.

Os proponentes, que optarem pela visita técnica prévia, deverão apresentar uma declaração em separado da proposta, informando que visitaram o local da instalação, que não há óbice para a execução de seus serviços e que suas propostas foram elaboradas tendo pleno conhecimento das instalações. A visita à instalação deverá ser previamente agendada com o responsável pela manutenção do Centro de Tecnologia, através do telefone (21) 981968670.

INSTALAÇÃO EXISTENTE

O sistema de transporte vertical existente no prédio é composto por quatro elevadores, todos originalmente da marca Sur, assim caracterizados:

ELEVADORES	PARADAS	CAPACIDADE	VELOCIDADE	PORTA
Social 1	6/6 (1 ao 6)	22 passageiros (1.540Kg)	1,75 metros/segundo (105 m/min)	Abertura lateral duas folhas
Social 2	6/6 (1 ao 6)	22 passageiros (1.540Kg)	1,75 metros/segundo (105 m/min)	Abertura lateral duas folhas
Social 3	6/6 (1 ao 6)	22 passageiros (1.540Kg)	1,75 metros/segundo (105 m/min)	Abertura lateral duas folhas
Social 4	6/6 (1 ao 6)	22 passageiros (1.540Kg)	1,75 metros/segundo (105 m/min)	Abertura lateral duas folhas

A máquina de tração de cada elevador atual é com engrenagem, movimentada por um motor de corrente alternada, possuindo painel de comando com drive de frequência variável.

Todos os dados constantes em “INSTALAÇÃO EXISTENTE ” quanto os adicionais prestados nesta especificação deverão ser devidamente confirmados pelos proponentes, por ocasião de suas visitas às instalações.

APROVEITAMENTO

À exceção das soleiras de pavimento e das guias de cabina e contrapeso, nenhum outro componente dos elevadores atuais poderá ser aproveitado.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

DIMENSÕES GERAIS DA INSTALAÇÃO

Caixas = 1,93m X 3,00m (frente x lados)

Altura de última parada = 7,35m

Poço = 2,00m

Porta AL 2 fls. = 1,00m x 2,10m (largura x altura)

Percurso aproximado = 25,00m

OBS.: Os dados acima são meramente informativos, devendo o proponente verificar *in loco* as dimensões exatas para elaboração de sua proposta de substituição dos quatro

elevadores.

CAPACIDADE

Os 4 elevadores deverão ter capacidade para 24 passageiros (1.800Kg)

VELOCIDADE

Os elevadores deverão ter velocidade de 1,75 m/s (105 m/min).

PARADAS / ENTRADAS

Os quatro elevadores possuem as seguintes paradas:

Social = 6/6 (1, 2, 3, 4, 5, 6)

PERCURSOS

O percurso aproximado é de 25,00m. Entretanto, é obrigatório que o percurso seja medido pelo proponente.

MÁQUINA DE TRAÇÃO

Os elevadores em questão deverão ser instalados na atual casa de máquinas superior do edifício.

As novas máquinas de tração devem estar assentadas em bases metálicas providas de amortecedores de vibração. O isolamento de vibrações nos suportes das

máquinas de tração deve ser adequado para evitar que ruídos operacionais atinjam as áreas nobres do edifício.

Deverá ser acoplado ao eixo da máquina de tração um taco gerador para medir o número de rotações por segundo. Essas medições geram sinais que são enviados ao painel de comando para que esse se auto corrija ao comparar a velocidade real com a velocidade padrão, estabelecendo então, através da curva ideal de aceleração e velocidade, a melhor viagem para aquele deslocamento. Ao atuar dessa forma evitará aceleração e desacelerações bruscas.

DRIVE

Motor alimentado através de corrente alternada e acionado por um inversor que varia voltagem e frequência – VVVF (Variable Voltage Variable Frequency). Esse acionamento permite variar a tensão e a frequência aplicada ao motor de tração através da técnica denominada de Modulação da Largura de Pulso (PWM – “Pulse Width Modulation”), controlando dessa forma a velocidade de deslocamento da cabina. Deverá ser garantida a não interferência de sinais com a rede e vice-versa.

COMANDO/DESPACHO

Do tipo microprocessado, inteligente, construído de forma a permitir o total gerenciamento das funções do elevador. Os elevadores trabalharão em grupo de quatro carros, quadruplex.

O despacho eletrônico dos elevadores deverá ser realizado através de um sistema de gerenciamento de tráfego avançado de antecipação de chamadas, destinado a gerenciar e dirigir o acesso dos usuários aos elevadores.

O sistema deverá possuir um software que permita agrupar os usuários por andar de destino, distribuindo-os entre os elevadores. Ao agrupar usuários com destinos coincidentes na mesma cabina, proporciona um número mínimo de paradas por viagem, resultando num retorno mais rápido ao andar principal ou ainda estacionando em zona próxima, colocando-se sempre disponível para novas viagens e, com certeza, otimizando o tráfego, reduzindo a formação de filas e aglomeração nos pavimentos, principalmente no principal.

O despacho dos elevadores deverá incorporar um controlador computadorizado que permita o gerenciamento eficaz dos elevadores do grupo, verificando sempre todas as chamadas realizadas e, dessa forma, indicando o carro que melhor atenda ao usuário, considerando como variável principal dessa decisão de escolha o menor tempo para o passageiro chegar ao pavimento a que se destina.

Para garantia de atendimento à políticas de acessibilidade, o software do comando dos elevadores com chamadas antecipadas deverá ter condições de indicar o mínimo de dois elevadores do grupo e não apenas um.

Deverá ser capaz de ajustar-se com rapidez às várias situações de tráfego, minimizando o número de viagens e, em consequência, reduzindo o consumo de energia e otimizando o tráfego. Em suas análises para despacho dos elevadores, considerará:

- Pico de descida e subida;
- Tráfego normal;
- Tráfego balanceado;
- Tráfego leve;
- Tráfego pesado;
- Chamada prioritária;
- Chamadas coincidentes.

O painel de comando deverá possuir autoteste contínuo de funcionamento e integridade, corrigindo-se automaticamente sempre que detectar alguma irregularidade no sistema. Esse painel autônomo, deverá ser dotado de microprocessador, com software necessário para acompanhar todo o funcionamento de despacho do grupo, sendo sua operação através de rede de comunicação e com software para gerenciamento de tráfego. Entre outros dispositivos, terá obrigatoriamente:

- Serviço bombeiros;
- Serviço de independente e/ou serviço de mudança;
- Operação automática para operação com força de emergência (gerador diesel);
- Pré abertura de portas;
- Renivelamento automático;
- Dispositivo de excesso de carga que impeça o elevador de se movimentar;
- Despacho para carro lotado;
- Forçador de portas.

O painel de comando eletrônico será responsável pelo processamento, interfaceamento e monitoração de todos os sinais de operação e segurança, tais como:

- Chamadas realizadas nos dois terminais existentes nos halls dos elevadores;
- Abertura e fechamento de portas;
- Proteção contra inversão/falta de fase;
- Proteção do motor do operador de porta;
- Proteção contra excesso de temperatura do motor de tração;
- Dispositivo de voz digitalizada anunciando a chegada da cabina nos andares.

Deverá possuir ainda porta de comunicação ou display de comunicação integrado ao próprio painel que permita de forma simples:

- Abertura e fechamento das portas;
- Monitorar o elevador;
- Alteração do sistema e de parâmetros de configuração;
- Memorização do histórico das últimas cinquenta falhas de operação;
- Monitorar a posição da cabina em relação ao pavimento em que se encontra;
- Monitorar a velocidade da cabina;
- Monitorar a tensão e frequência da rede;
- Inserir chamadas para o elevador.

Deverá ainda ser dotado de autoteste contínuo de funcionamento e integridade, corrigindo-se automaticamente sempre que detectar alguma irregularidade no sistema. Entre outros dispositivos, terá obrigatoriamente:

- Operação de emergência em caso de incêndio (serviço de bombeiro);
- Serviço independente e/ou serviço de mudança;
- Renivelamento automático;
- Estacionamento preferencial.

CABINA

As cabinas possuirão design moderno em conformidade com as novas tendências, buscando inclusive atender as exigentes normas de utilização por deficientes físicos. O pé-direito (altura do piso ao subteto) da cabina dos elevadores deverá ter 2,50 m.

Os painéis serão em aço inoxidável com um espelho de cristal inestilhaçável em toda a metade superior do painel de fundo. Separando os painéis inferiores e superiores – laterais e de fundo

– deverá haver um corrimão de seção circular em aço inoxidável. O piso de cabina deverá ser rebaixado em 2,50 cm para a colocação de granito nacional, cujo fornecimento deverá estar

incluso no escopo de fornecimento do proponente.

A cabina deverá ter um indicador de posição em que se possa visualizar claramente a posição da cabina em relação ao andar. Esse indicador será em LCD com dimensões mínimas de 6 (seis) polegadas, devendo ainda ser conjugado com setas direcionais de movimento. Terá ainda outro indicador que demonstre claramente aos usuários que adentrem à cabina quais os pavimentos que serão atendidos naquela viagem.

Cada cabina terá uma botoeira no painel lateral direito com botões de acionamento (ventilador, alarme e de abrir/fechar porta) e intercomunicador viva-voz. Sob esse painel de botoeira deverá haver outra botoeira oculta e embutida cuja função permitirá que o elevador seja utilizado em operações de “serviço independente” por um funcionário da Universidade.

O dispositivo de sobrecarga informará aos passageiros na cabina, por sinais intermitentes de alarme sonoro de 40/50 decibéis ou através do sintetizador de voz ou ainda por mensagens no painel, de que existe sobrecarga na cabina de pelo menos 10 % (dez por cento). As portas não se fecharão antes que alguns passageiros tenham saído da cabina. Restaurando-se a lotação

máxima permitida, o carro fechará as portas e prosseguirá em viagem.

A cabina terá um dispositivo de voz digitalizada que anuncia aos passageiros, ao iniciar a abertura das portas, o andar de chegada.

A iluminação da cabina será através led's, locados no subteto, subteto esse que deverá ser escolhido pelo Contratante dentre àqueles do mostruário da Contratada, garantindo-se em qualquer um deles uma luminosidade mínima de 60 lx, no nível do piso.

A ventilação da cabina dos elevadores será realizada por dois ventiladores, cujos ruídos, com elevador em movimento, não poderão ser superiores a 58 decibéis.

Deverá haver uma fonte de emergência recarregável (bateria seca de 12 V), capaz de alimentar pelo menos duas das lâmpadas normais da cabina por período mínimo de uma hora, assegurando ainda uma luminosidade mínima de 2lx, medida em qualquer ponto da booeira principal da cabina. Tal fonte de emergência deverá alimentar o alarme e o intercomunicador.

PORTA DE CABINA E OPERADOR

A porta de aço inoxidável terá um sistema eletrônico composto de sensores de proteção que emitem raios infravermelhos, fazendo retroceder automaticamente a porta sem que haja o contato com passageiros ou objetos. As portas de abertura lateral duas folhas, com dimensões de 1,00m x 2,10m (largura x altura), deverão utilizar suspensão com carretilhas ou roletes com rolamentos de aço.

O operador de porta deverá possuir controle eletrônico de velocidade, podendo, através de comandos, alterar-se a velocidade de fechamento e abertura. O acoplamento (operador/porta) deverá ser realizado por meio de correias e rolamentos blindados nos seus mancais, proporcionando um acionamento suave e silencioso.

SISTEMA FORÇADOR DE PORTA

Esse dispositivo eletrônico opera detectando que a porta está sendo impedida de fechamento por terceiros em um pavimento, por tempo superior ao preestabelecido, emitindo um sinal sonoro e forçando o fechamento da porta.

ROLOS DE GUIAS

Deverá ser instalado nos elevadores um sistema de correções de cabina constituído por um conjunto de rolos com diâmetro não menor que 0,30 m, proporcionando dessa forma, viagens mais confortáveis, com sensíveis diminuições do nível de vibração, ruídos e choques mecânicos. O diâmetro dos rolos de guia do contrapeso poderá ser menor que os da cabina.

SENSORES

O posicionamento da cabina na caixa dos elevadores será realizado através de sensores instalados no topo da mesma. O sensor informará ainda ao painel de comando se a cabina parou desnivelada, permitindo dessa forma que seja realizado um renivelamento automático, independentemente do número de passageiros existente na cabina.

PORTA DE PAVIMENTO

Todos os elevadores serão com porta de pavimento de abertura lateral duas folhas, com largura e altura idênticas às da porta de cabina. O acabamento das portas dos elevadores de passageiros será em aço pintado com tintura automotiva, exceção do pavimento térreo, "1", que deverá ser em inoxidável. As portas deverão utilizar suspensão com carretilhas ou roletes com rolamento de aço. Caso as soleiras de porta atuais não sejam aproveitadas, por qualquer motivo que seja, a recomposição do piso onde as novas serão instaladas estará incluso no fornecimento.

CORRENTE DE COMPENSAÇÃO

Caso o projeto do proponente venha a utilizar correntes de compensação, as mesmas deverão ser emborrachadas.

TERMINAIS E SINALIZAÇÃO NOS PAVIMENTOS

Em cada andar deverão ser instalados 2 (dois) terminais de chamadas antecipadas, terminais esses afixados às paredes frontais entre os elevadores e compostos de teclado numérico onde os usuários digitarão o andar de destino e receberão a indicação do elevador que foi selecionado para aquela viagem. O teclado numérico deverá estar preparado apto para atender às necessidades dos deficientes físicos.

Os elevadores denominados por letras (“A”, “B”, “C” e “D”) terão uma placa com a designação afixada sobre cada porta de pavimento correspondente.

FIAÇÃO E CABOS DE COMANDO

A fim de evitar interferências ou ruídos no sistema, os cabos de sinal na casa de máquinas não deverão correr nos mesmos leitos dos cabos de potência. Dessa forma, o proponente deverá incluir em seu escopo de fornecimento outras calhas, de preferência aéreas, a fim de separar esses cabos. Não poderá haver emendas nos cabos. As quinas ou cantos-vivos das calhas deverão ser protegidos com borracha de modo que atenuem o desgaste dos cabos ao mudarem de direção.

OPERAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM CASO DE INCÊNDIO

Ocorrendo alguma emergência no edifício, o sistema cancelará todas as chamadas de pavimento e cabina e, imediatamente, ordenará que o elevador se desloque para o pavimento térreo, “1”, onde abrirá as portas e lá permanecerá. O acionador da emergência deverá ser através de uma chave, tipo Yale, e estar disponível junto à porta de cada elevador. Toda fiação e mão de obra de instalação até a portaria deve fazer parte do escopo de fornecimento do proponente.

PARA-CHOQUE

Os para-choques, tanto de cabina quanto de contrapeso, deverão ser hidráulicos. O proponente de acordo com seu projeto construirá as bases de concreto no poço para fixação dos para[1]choques.

ITENS DE SEGURANÇA

PARA QUE OS EQUIPAMENTOS ATENDAM ÀS NORMAS DE SEGURANÇA ATUAIS, FAZ-SE NECESSÁRIO INSTALAR:

- Guarda-corpo sobre a cabina;
- Botoeira sobre a cabina para operação “em manual”;
- Protetor de soleira da cabina com altura mínima de 0,75 m;
- Protetor de soleira de porta de pavimento;
- Iluminação nas caixas a cada sete metros;
- Escada de acesso ao poço – fixa e incombustível, próxima à porta de pavimento e fora do caminho das partes móveis do elevador, tendo seu corrimão estendido 0,80 m acima da soleira da porta de acesso;
- Dispositivo de parada no poço – “botão tipo soco”;
- Interruptores de iluminação ao nível do piso do poço e ao nível da parada extrema inferior;
- Tomada elétrica ao nível do poço;
- Protetores de polias.

OBRAS CIVIS INCLUSAS NO ESCOPO DE FORNECIMENTO

Todos os serviços e materiais referentes às obras civis necessárias para a substituição dos elevadores serão de responsabilidade do proponente. A casa de máquinas deverá ter suas paredes reparadas devidamente e pintadas com tinta plástica branca de boa qualidade, referência Suvinil.

Sobre cada máquina de tração deverá ser instalada uma luz de emergência que permita iluminação mínima de 10 lx, com autonomia mínima 1,0 h, permitindo dessa forma a abertura do freio com o intuito de operação de resgate de passageiro preso.

Limpeza e pintura das caixas de corrida dos elevadores.

Sugere-se aproveitar as atuais furações existentes de botoeira e sinalização de pavimento para a instalação dos terminais de chamada. Caso necessárias modificações (acréscimos ou supressões) as partes atingidas deverão ser recompostas no mesmo padrão dos acabamentos adjacentes.

Deverá ser atendida a NR-18 do MTE (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil) em sua totalidade durante a execução dos serviços contratados.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Tendo em vista a instalação dos novos equipamentos, as chaves de força dos elevadores existentes nas casas de máquinas serão substituídas por outras blindadas.

Para tanto, o proponente deverá incluir em seu escopo de fornecimento tanto essas novas chaves quanto novos fusíveis.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- a) A desmontagem dos atuais elevadores deverá estar inclusa no fornecimento.
- b) A sucata dos elevadores desmontados será removida do local da obra pelo proponente.
- c) A operação de todo o sistema deverá admitir no máximo uma variação de tensão de 10%

(dez por cento) e uma variação de frequência de até 5 % (cinco por cento).
- d) O nível de ruídos, quando medidos pelo lado externo, junto da porta de acesso à casa de máquina, não deverá exceder 75 decibéis.

TESTES DE ACEITAÇÃO DOS ELEVADORES

O proponente colocará à disposição da Fiscalização todo o material, instrumentos de medição aferidos e pessoal do proponente disponível para a execução da inspeção e testes dos elevadores, que constarão basicamente:

- Inspeção visual;
- Funcionamento normal e a plena capacidade;
- Atuação do freio de segurança em sobrevelocidade;
- Qualidade de viagem;
- Nivelamento nos andares;
- Operação de emergência (serviço de bombeiros);
- Operação em serviço independente;
- Operação com força de emergência;
- Intercomunicação;
- Verificação da documentação técnica.

MANUTENÇÃO

A partir da data de recebimento da nota de empenho, a Contratada assumirá a responsabilidade pela assistência técnica dos equipamentos. Assim, a contratada proverá a manutenção dos atuais elevadores e das novas unidades na medida em que essas forem sendo liberadas para uso. Desde que não haja prejuízo no funcionamento dos elevadores, será admitido nos elevadores antigos, o aproveitamento dos materiais e peças remanescentes dos elevadores desativados. Na manutenção, a Contratada fornecerá, além da mão-de-obra, todos os materiais, peças, serviços, taxas, impostos, ferramental, seguro, enfim, todo o necessário à perfeita manutenção das novas unidades.

GARANTIA

A garantia ofertada para os novos elevadores deverá ser de dois anos (24 meses).

LEI E NORMAS APLICÁVEIS

NBR 5666 – Elevadores elétricos;

NBR NM 207: Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;

NBR NM 313: Elevadores de passageiros – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;

Lei 2743, de 11/01/1999, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

ANEXO 2

IMR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Indicador 1	Atendimento ao prazo e qualidade do projeto
Descrição do Indicador	O indicador mensurará se a entrega indicada na Tabela de Entregas e Medições foi realizada e aprovado dentro do prazo estipulado.
	Nível I - Entrega aprovada dentro do prazo estipulado para emissão da CONTRATADA, executando pagamento de 100% da etapa.
	Nível II - Entrega aprovada com atraso de até 15 (quinze) dias corridos do prazo estipulado para emissão da CONTRATADA, executando pagamento de 97% da etapa.
	Nível III - Entrega aprovada com atraso maior que 15 (quinze) dias corridos do prazo estipulado para emissão da CONTRATADA, executando pagamento de 95% da etapa.
Finalidade	Avaliar prazo e qualidade dos resultados da etapa entregue.
Meta a cumprir	Aprovação dentro do prazo estipulado para o serviço da CONTRATADA, sem contar prazo de análise da fiscalização.
Instrumento de medição	Data de entrega
Forma de acompanhamento	Cronograma acordado no Projeto executivo e os prazos máximos fixados no Termo de Referência.
Periodicidade	Conforme cronograma de entrega e etapas previstas.
Mecanismo de cálculo	Delta Prazo (DP) = Prazo de entrega aprovado em dias (PEA) - Data de entrega efetiva (DEE)
	Onde: DP = Variação de prazo medido em dias corridos.
Faixas de ajuste de pagamento	SE $DP \leq 0$ = pagamento correspondente a 100% do valor da etapa.
	SE $0 < DP \leq 15$ = pagamento correspondente a 97% do valor da etapa.
	SE $DP > 15$ = pagamento correspondente a 95% do valor da etapa.
Início da vigência	A partir da data de assinatura do Contrato.
Sanções	Conforme previsto no Termo de Referência.
Observação	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA



ANEXO 3
planilha de orçamento a ser preenchida



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA



ANEXO 4
cronograma a ser preenchido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE TECNOLOGIA



ANEXO 5
composição de BDI

ANEXO 6**Modelo de Termo de Vistoria Técnica****Referência:** (número da Licitação)**Data:** ____/____/2022.**Licitante:** (Nome da Licitante)

O licitante acima identificado **ATESTA** que, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr.(a) _____ (nome) _____, _____ (cargo) _____,

☐ **OPÇÃO 1: NÃO EFETUOU** vistoria nas dependências da UFRJ, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da prestação dos serviços, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida Licitação, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

☐ **OPÇÃO 2: EFETUOU** vistoria nas dependências da UFRJ onde os novos serviços e equipamentos serão instalados, recebendo informações sobre cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao fornecimento, bem como quanto ao modo, condições e locais da prestação dos serviços, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

____ (nome e assinatura) _____

Nome completo, telefone, e-mail e fax

Representante da **UFRJ**:

____ (carimbo e assinatura) _____

DATA: ____ / ____ / 2022